



Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos			
Título:	Reunião Ordinária N. 36			
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF			
Data da reunião:	05/06/2018	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:

Pauta da Reunião

- .14:00h - Abertura da 36ª Reunião Ordinária e aprovação da memória da reunião anterior
- 14:10h - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara
- Próxima reunião para 2018 (24.10) – confirmar
 - Convite do DIPOA/SDA/MAPA para reunião dia 15.06, sobre a Instrução Normativa para o controle microbiológico em carcaças de suínos e bovinos
 - Assuntos tratados entre reuniões anteriores e esta (Portaria nº 62/2018, Consulta Pública de Pré-Abate e Abate Humanitário e Portaria para Recondição do Presidente e atualização da composição da Câmara Setorial)
- 14:15h - Esclarecimentos sobre a situação das exportações de carne suína para a Rússia – SRI/MAPA, Leandro Feijó
- 14:30h - Mercado do Milho: oferta e demanda - CONAB/Thomé Guth
- 15:00h - Proposta de instituição de um Grupo Temático (GT) objetivando debater e acompanhar a questão dos Estoques de Passagens - Presidente da Câmara Setorial
- 15:10 - Panorama do Mercados da Carne de Aves e Suínos - Gerente da ABPA, José Luiz Pimenta Junior
- 15:30h - Apresentação e discussão sobre a norma brasileira para produtos orgânicos nos Emirados Árabes Unidos, relacionada à produção de frango orgânico in natura - Gerente da Qualidade e Food Safety, da Korin Agropecuária, Sra. Cecilia Mitie Ifuki Mendes e Membro da Câmara Temática de Agricultura Orgânica do MAPA, Katiane Fátima de Gouvêa
- 16:00h - Apresentação do Projeto do Plano Javali - DSA/SDA/MAPA, Lia Coswig
- 16:25h - Apresentação do Projeto de Erradicação da PSC no Brasil - DSA/SDA/MAPA, Guilherme Takeda
- 16:55h - Assuntos Gerais
- 17:00h - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

2	DANIELA FIRMINO SANTANA AMARAL	ACST/MAPA	PR	
3	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO	ACST/MAPA	PR	
4	ANA PAULA CENCI VIDAL	ABCS	PR	
5	ALEXANDRE SEABRA RESENDE	ABRAS	PR	
6	DANIELLA RODRIGUES DA COSTA	BB	PR	
7	WANDER FERNANDES DE SOUSA	CONAB	PR	
8	JOEL FÉLIX DE ANDRADE ROCHA	MF	PR	
9	SHIRLEY HELENA MENDES DA SILVA	MMA	PR	
10	ALEXANDRE AMORIM MONTEIRO	OCB	PR	
11	GUSTAVO ROCHA SANTOS	SEAD	PR	
12	JOSE CARLOS PIRES	SEAPI/RS	PR	
13	JOÃO FERNANDO NUNES DE ALMEIDA	SEBRAE	PR	
14	PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA	SINDAN	PR	
15	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	SINDIRACÕES	PR	
16	ANNA CAROLINA FERNANDES FERREIRA ALVES	SPA/MAPA	PR	
17	HELDER HÖFIG	SRB	PR	
18	ADOLPHO VAZ DE LIMA FILHO	CEF	PR	
19	MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO	CNM	PR	
20	OSNI MORINISHI ROCHA	CNM	PR	
21	ELIANE DAS GRAÇAS MOTA SOARES DE ARAÚJO	GS1 Brasil	PR	
22	LUCIANA LACERDA	ABCS	CO	
23	JOSE LUIZ PIMENTA JUNIOR	ABPA	CO	
24	JOSEMAR FRANCO P. JUNIOR	BARRAL	CO	
25	MARCIA ALVES	BRF	CO	
26	RODRIGO DOLABELLA	CAMARA DOS DEPUTADOS	CO	
27	ANTONIO REGIS DE OLIVEIRA	CEF	CO	
28	JEFFERSON COSTA	EMBRAPA	CO	
29	KATIANE FÁTIMA DE GOUVÉA	GROW BR	CO	
30	CECILIA MITIE IFUKI MENDES	KORIN AGROPECUÁRIA	CO	
31	LEANDRO FEIJO	SRI/MAPA	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

14:00h - Abertura da 36ª Reunião Ordinária e aprovação da memória da reunião anterior: às quatorze horas do dia cinco de junho de 2018, na sala de reuniões do segundo andar do Edifício Sede do MAPA, em Brasília-DF, foi aberta pelo Secretário da Câmara, o Senhor Francisco Facundo, a trigésima sexta Reunião Ordinária do colegiado. Na oportunidade o Secretário informou a todos os presentes que o Presidente da Câmara, o Senhor Rui Eduardo Saldanha Vargas, acabara de lhe comunicar sua



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

impossibilidade de participar deste encontro, em virtude de compromisso surgido tempestivamente. Conseguinte, Francisco Facundo esclareceu que o Regimento Interno que rege as Câmaras Setoriais e Temáticas expressa que na ausência do Presidente, o plenário deverá indicar um de seus membros presentes para presidir a reunião. Após as explicações do Secretário, foi escolhido o Senhor José Carlos Pires, representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul – SEAPI/RS, para presidir esta reunião. Na sequência, o Presidente colocou em apreciação a **memória da reunião anterior, a qual foi aprovada** pelos membros e assinada pelos presentes ao referido encontro.

14:10h - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara: o Secretário da Câmara, Sr. Francisco Facundo, confirmou a próxima reunião do Colegiado para 24 de outubro. **Convite do DIPOA/SDA/MAPA para reunião dia 15.06, sobre a Instrução Normativa para o controle microbiológico em carcaças de suínos e bovinos:** o Secretário informou sobre o referido convite, observando que essa reunião contará com a participação da Comissão Consultiva de Microbiologia e na sequência, cuja proposta resultante será submetida à Consulta Pública, ressaltando a importância da participação de representantes de integrante da Câmara Setorial. **Assuntos tratados entre reuniões anteriores e esta (Portaria nº 62/2018 que trata de Pré-Abate e Abate Humanitário (Consulta Pública):** foi encaminhada aos membros da câmara, dia 23.05, solicitando contribuições até 11.06 e informando que, por orientação do Presidente, a Senhora Tabatha Lacerda da ABPA, ficará responsável por receber as contribuições, consolidar e inserir no sistema eletrônico indicado na Consulta Pública. Facundo reforçou a solicitação de envio de contribuições. **Portaria para Recondição do Presidente e atualização da composição da Câmara Setorial:** minuta pronta, aguardando atualização dos representantes do MF (chegou recentemente) e FAEP.

14:15h - Esclarecimentos sobre a situação das exportações de carne suína para a Rússia – SRI/MAPA, Leandro Feijó: o Senhor Leandro Feijó apresentou as explicações ao plenário sobre a situação das exportações da carne suína para a Rússia. Disse que em novembro de 2017 o Brasil recebeu notificação relacionada à detecção de resíduos de ractopamina em carne suína, sendo estabelecido pelo governo russo, em primeiro de dezembro, a suspensão da importação de carne bovina e suína do Brasil para aquele país. A partir da notificação estabelecida pelo governo russo, o MAPA iniciou investigações nos estabelecimentos que foram citados e em janeiro de 2018, foi encaminhado pelo governo brasileiro, ao governo russo, o andamento das investigações. Citou, ainda, que no mês de abril houve uma reunião em Bruxelas, onde foram debatidos os aspectos técnicos da investigação. Já no mês de maio, com a continuação do embargo, e sem nenhuma sinalização da Rússia relacionada ao trâmite, houve, novamente, pedido do governo brasileiro relacionado às verificações do embargo à carne suína brasileira pelo governo russo. Essa solicitação foi respondida em 24 de maio pelo governo russo, após mudança do representante da Agricultura na Rússia, devido as eleições recentes. Por fim, informou que a embaixada russa, em Moscou, encaminhou convite ao Ministro Blairo Maggi para realizar encontro com o Ministro da Agricultura da Rússia, o Senhor Dmitri Patrushev, junto à reunião de ministros dos BRICS, a ser realizada no dia 22 de junho, na África do Sul, para tratar do tema. Salientou que, ainda, existe a perspectiva da comunicação de abertura de mercado antes da realização dessa reunião. Finalizou suas explicações, esclarecendo que a ractopamina possui autorização pelo CODEX Alimentarius, contudo, existem países que seguem a linha da União Europeia, como China e Rússia e também há países, como o Brasil, que seguem a permissão para o uso da ractopamina, estabelecida pelo CODEX. Após atualização, aos membros da Câmara Setorial, pelo senhor Leandro Feijó, sobre as tratativas com a Rússia, visando a reabertura das exportações brasileiras de carne suína para àquele mercado, e, respostas às indagações dos membros do colegiado, o plenário deliberou pela seguinte **Decisão/Encaminhamento:** encaminhar



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

ofício da Câmara Setorial, ao Ministro da Agricultura, solicitando a inclusão da reabertura do mercado russo para a carne suína, na reunião que o Ministro Blairo Maggi terá com o novo ministro russo, por ocasião da reunião ministerial dos membros do BRICS na África do Sul, no próximo dia 22 de junho, ficando a Ana Paula, da ABCS, incumbida de elaborar a proposta de ofício com o pleito.

14:30h - Mercado do Milho: oferta e demanda – CONAB, Thomé Guth: o representante da Conab, o Senhor Thomé Guth, apresentou dados conjunturais relacionados ao mercado de milho. Informou que referente ao mercado externo, há expectativas de boas chuvas no meio Oeste dos Estados Unidos. A previsão de queda nos valores dos contratos de soja e o pessimismo do mercado em relação às negociações comerciais entre China e Estados Unidos, deram o tom baixista nas cotações em Chicago, chegando a valores mais baixos desde o dia 23 de abril. Referente as cotações de milho em Chicago, informou que além das boas perspectivas de chuvas, as lavouras norte americanas encontram-se com valores de 78% consideradas entre boas e excelentes. Citou que o cenário comercial entre China e Estados Unidos impactou diretamente no mercado de soja, forçando investidores a realizar lucros, diminuindo as cotações da oleaginosa em Chicago, influenciando negativamente nos preços do milho. Desta feita, as cotações do grão, que fecharam a semana anterior em US\$ 3,90/ bushel (US\$ 153,83/ton), caíram, no pregão de sexta-feira desta semana, para US\$ 3,77/bushel (US\$ 148,41/ton). Sobre o mercado interno, salientou que apesar de ainda haver algum aumento de preços de milho, em algumas praças, o mercado de milho segue travado. Estados como Mato Grosso e Goiás, estão praticamente sem referência real de preços, uma vez que a incerteza sobre o valor dos fretes fez com que as tradings se retirassem do mercado. Informou que as consequências da greve dos caminhoneiros perduraram nesta semana, uma vez que ainda há dificuldade na aquisição da ração por parte das granjas, com elevação dos fretes, tanto para o transporte da alimentação dos animais quanto para a movimentação das carnes para o mercado interno e exportações, isto tende a mexer na demanda por milho, diminuindo o volume de compras das granjas, que devem ajustar seu plantel e exercer uma pequena pressão baixista nos preços do milho. Exportações de milho inexistentes na semana. Tradings se ajustando ainda no embarque de soja, o que pode prolongar o embarque do cereal para os meses após o fechamento do ano safra. Os agentes do mercado de milho seguem atentos ao tamanho da 2ª safra, o qual já tem sua colheita iniciada. O indicativo de quebra, em função de problemas climáticos, já vem sendo precificado há algumas semanas. Por fim, o palestrante esclareceu que a postura do governo de Donald Trump, em relação aos seus principais parceiros comerciais (China, Canadá, EU e México) pode ter um efeito desastroso aos norte-americanos. Alguns países como México, Canadá e, sobretudo, China, já começam a responder à altura, podendo afetar, principalmente, as commodities agrícolas como: soja, carnes, sorgo e milho. Assim, podem surgir oportunidades para o Brasil. A paridade de exportação refere-se ao valor/sc desestivado sobre rodas, o que é abaixo do valor FOB Paranaguá. Os preços médios semanais apresentados nas praças de Lucas do Rio Verde/MT, Londrina/PR e Passo Fundo/RS são referentes ao mercado disponível. Preço mínimo (safra 2017/18): R\$ 16,71/60Kg (MT e RO), R\$ 19,47/60Kg (Centro-Sul, exceto MT), R\$ 20,85/60Kg (Oeste da BA, Sul do PI e Sul do MA) e N e NE (exceto Oeste da BA, Sul do PI e Sul do MA). Finalizou sua apresentação informando que, nas condições de preço atual e junto ao atual cenário, não deve haver a intervenção da Conab para formação de estoques. Disse ainda que os estoques estão baixos e ressaltou a importância e necessidade da existência de uma política de formação de estoques.

15:00h - Proposta de instituição de um Grupo Temático (GT) objetivando debater e acompanhar a questão dos Estoques de Passagens - Presidente da Câmara Setorial: o Secretário da Câmara, Francisco Facundo, apresentou breve histórico sobre o tema, se reportando as discussões da reunião anterior, que enfatizaram a necessidade de trabalhar os estoques de passagem, lembrando que na reunião



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

passada foi sugerido pelo Presidente a inclusão deste tema na pauta deste encontro, objetivando a criação de GT para estudar o tema e propor soluções. Na oportunidade o representante da ABPA, sr. José Luiz Pimenta, ressaltou que a ABPA já vem trabalhando este assunto no âmbito da FPA. **Decisão:** o plenário aprovou a criação de um Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação da ABPA, composto pelas seguintes entidades e respectivos representantes: ABPA (Ariel Mendes), ABCS (Ana Paula Vidal), ABRAMILHO (falta indicação), CNA (falta indicação), CONAB (Thomé Guth) e SRB (Helder Hôfig).

15:10 - Panorama dos Mercados da Carne de Aves e Suínos - Gerente da ABPA, José Luiz Pimenta Junior: o palestrante apresentou os dados conjunturais, os desafios e perspectivas relacionado aos mercados da carne de aves e suínos. Relacionado ao mercado interno, esse consta com produção de frango, em 2017, em torno de 13 milhões, segundo maior produtor mundial e primeiro maior exportador dessa proteína. Relacionada a carne suína, o Brasil é o quarto maior produtor mundial, com produção em torno de 4 milhões de toneladas em 2017 e o quarto maior exportador, com aproximadamente 700 mil toneladas. Hoje o setor possui um PIB de R\$80 bilhões, um consumo interno maior de frango, proporcionado também pela queda do consumo da carne bovina. O setor também consta com ligeiro crescimento do consumo interno de ovos, em torno de 192 unidades per capita. Salientou que desde 2017 há a prerrogativa positiva para produtos com maior valor agregado, fugindo do setor de commodities, o que está com boa receptividade para os mercados asiáticos, europeus e árabes. Relacionado ao mercado chinês, salientou que o Brasil passa por processo de dumping na China para a carne de frango, com probabilidade de decisão desse embargo para junho. E referente ao mercado europeu, citou a diminuição das exportações devido a questões relacionadas à Salmonella, com o fechamento de 20 plantas exportadoras brasileiras. Esse fato gerou contenciosos do Brasil junto a UE para tratar do tema. Sobre os mercados árabes, a tendência é a nacionalização da produção de frango em um patamar de 60%. Relacionado ao mercado de ovos, o palestrante citou que a exportação em 2017 chegou a 6 mil toneladas, havendo redução das exportações referente aos números de 2016, devido ao aumento do consumo interno. Apesar da diminuição dos números referentes as exportações de ovos houve abertura de mercados para essa proteína. Relacionado à proteína suína, houve aumento do mix de produtos em 2017 e queda em 2018 das exportações de carne suína, devido à concentração, em torno de 40%, da exportação brasileira ser encaminhada para o mercado russo. Também houve o estabelecimento de novos mercados para o consumo da carne suína brasileira, com a entrada de Coréia do Sul. O mercado de carnes de frango, suína e de ovos brasileiro recebeu em torno de mil missões internacionais com o objetivo de estreitamento de mercado e verificação das ações de boas práticas e status sanitário brasileiro. Relacionado aos desafios e perspectivas, o palestrante informou que as barreiras tarifárias, as barreiras sanitárias e as legislações específicas em alguns mercados ampliam o protecionismo de mercado. E relacionado as perspectivas, as carnes suínas e de frango brasileiras, possui qualidade da proteína que vende atende a produção em larga escala, mas também tende ao atendimento das especificidades dos mercados exportadores.

15:30h - Apresentação e discussão sobre a norma brasileira para produtos orgânicos nos Emirados Árabes Unidos, relacionada à produção de frango orgânico in natura - Gerente da Qualidade e Food Safety, da Korin Agropecuária, Sra. Cecilia Mitie Ifuki Mendes e Membro da Câmara Temática de Agricultura Orgânica do MAPA, Katiane Fátima de Gouvêa: as Senhoras Cecília Mendes e Katiane Gouvêa apresentaram solicitação da Câmara Temática de Agricultura Orgânica à Câmara Setorial de Aves e Suínos para apoio à produção de frango orgânico in natura, ressaltando que o Frango orgânico *in natura* necessita de reconhecimento da norma orgânica brasileira pelos Emirados Árabes Unidos, já que existem oportunidades de exportação de Frango Orgânico para os Emirados e



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

outros países árabes e que produtos orgânicos tem grande capacidade de agregação de valor e geração de divisas para o país. Esclareceram que os Emirados aceitam as certificações orgânicas (Equivalent standards) de vários países para importação, tais como Estados Unidos, União Europeia, Canadá, Reino Unido, Arábia Saudita, Tunísia, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Índia, mas não aceitam do Brasil. Disse que o frango orgânico brasileiro não pode ser exportado aos Emirados Árabes devido ao não reconhecimento da certificação orgânica brasileira e melhoria das formatações comerciais junto a esses países. Katiane ainda apresentou histórico e dados recentes referentes aos Emirados Árabes e países do Golfo, enaltecendo o quantitativo de transações futuras junto a esses países. Esclareceu que o intuito da ação ora proposta pela Câmara de Orgânicos é buscar o apoio deste colegiado, para que seja solicitado ao MAPA que registre o pedido de reconhecimento do padrão orgânico e certificação do Brasil junto às autoridades dos Emirados Árabes Unidos e outros países árabes de interesse do produtor brasileiro. Finalizou informando que este pleito já foi aprovado na Câmara de Orgânicos. **Encaminhamento:** o plenário da Câmara Setorial de Aves e Suínos aprovou o pleito da Câmara Temática de Agricultura Orgânica, no sentido de buscar o apoio deste colegiado, para que seja solicitado ao MAPA que registre o pedido de reconhecimento do padrão orgânico e certificação do Brasil junto às autoridades dos Emirados Árabes Unidos e outros países árabes de interesse do produtor brasileiro, **decidindo** pelo encaminhamento de uma moção ao colegiado solicitando, ficando a senhora Katiane Fátima de Gouvêa com a responsabilidade de elaborar o documento que será assinado pelo Presidente Rui Vargas e encaminhado ao destinatário.

16:00h - Apresentação do Projeto do Plano Javali - DSA/SDA/MAPA, Lia Coswig: antes de entrar no tema sobre o Javali, o Diretor do Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA, o Senhor Guilherme Marques, aproveitando uma folga em sua agenda apresentou a manifestação a seguir sobre o Projeto de Erradicação da PSC (objeto do próximo assunto da pauta), por considerar o tema de grande relevância para o segmento em questão. Logo após a manifestação do Diretor, a senhora Lia Coswig seguirá com o tema Javali. O Diretor do Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA, o Senhor Guilherme Marques, apresentou breve relato para harmonização das informações entre todos desse Colegiado referente à sanidade. Enfatizou que a existência de doenças como gripe aviária, peste suína clássica, febre aftosa, doenças que podem gerar crise sanitária e comercial com impactos sociais e econômicos. Salientou que o trabalho da defesa sanitária é tratar para que essas doenças sejam inexistentes, ou se existentes sejam estabelecidas ações para mitigação. Apresentou relato referente aos últimos passos para erradicação da febre aftosa, sendo o Brasil, neste momento, possuidor do status de livre de febre aftosa com vacinação. Esclareceu que o serviço veterinário oficial tem por objetivo manter o país livre das enfermidades veterinárias, sendo uma delas a influenza aviária. Disse que as biosseguranças adotadas não serão suficientes sem o auxílio do setor privado para manter essa enfermidade distante do Brasil. Relacionado aos suínos, salientou que está decepcionado com o setor privado, pois o serviço veterinário está realizando desdobramentos maciços para a erradicação da peste suína clássica do Brasil, no entanto, não há a participação constante do setor privado. Disse que o vírus ainda está circulante e apresenta probabilidade de contaminação e que a entrada de veículos vindos de áreas infectadas em áreas não infectadas, gera instabilidade junto ao processo de erradicação. Enfatizou que a única alternativa é apresentar as mesmas ações que geraram a erradicação da febre aftosa para a erradicação da peste suína clássica. Informou que as indústrias que estão em áreas de zona livre devem auxiliar nesse controle, pois as questões relacionadas a peste suína clássica apresentadas nas regiões norte e nordeste poderão trazer impasses econômicos e sanitários para as regiões de zona livre como a região sul do Brasil. Guilherme Marques disse que sua preocupação é que o serviço veterinário oficial está em um processo de retirada de vacina para a febre aftosa, contudo suínos também podem ser contaminados pela aftosa. E a ideia inicial



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

é de usufruir das mesmas ações que estão sendo realizadas para a retirada da vacinação da febre aftosa e também otimizar os trabalhos necessários para a erradicação da peste suína clássica, principalmente nas zonas 2 e 3, regiões norte e nordeste respectivamente. Salientou que para o andamento dos trabalhos foi realizada reunião entre setor privado e público nestas duas zonas de controle e lamentavelmente não houve a participação do setor privado. Por esse fato a leitura que foi realizada pelo Senhor Guilherme Marques é de que não há interesse do setor em relação a esse tema. Por fim, solicitou que o setor se manifeste, encaminhando propostas para a resolução do problema, para não haver surpresas futuras. Informou que a próxima reunião a respeito da peste suína clássica será na zona 4, sudeste e centro oeste, e na zona 5 que agrupa a região de fronteira e concluiu dizendo que relacionada as enfermidades num país, a pergunta que se deve fazer, é de “quando” haverá a doença e não “se” haverá a doença.

Concluída a manifestação do Dr. Guilherme Marques, a Lia seguiu com o tema relacionado ao Projeto do Plano Javali, a palestrante Lia Coswig informou se tratar de um animal que não respeita fronteiras. Disse que havia anteriormente constatações de que esse animal estava restrito a região sudeste e Bahia, no entanto é sabido que os javalis já foram encontrados no Maranhão. Esclareceu, ainda, que o javali tem proximidades genéticas do suíno, são da mesma família, e por esse ser uma espécie exótica, invasiva e de ambiente livre facilita a propagação de doenças, além de prejudicar a fauna natural, devido aos seus hábitos alimentares. O javali se encontra, além do Brasil, na Argentina, Uruguai e há indícios da existência no Paraguai, o que torna a situação ainda mais preocupante. Por esses motivos já existem ações do MAPA, manual gráfico e de padronizações de procedimentos, nas regiões norte e nordeste e nos próximos meses, será realizado treinamento nos onze estados dessas regiões. Esse treinamento será financiado pelo MAPA e os estados participantes. Referente à implementação das ações do MAPA no Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali a palestrante informou a existência da Instrução Normativa nº 3, de 31 de janeiro de 2013, do IBAMA, que declara a nocividade da espécie exótica invasora javali-europeu, e autoriza o controle populacional do mesmo, que vive em liberdade em todo o território nacional; a Portaria nº 65, de 31 de janeiro de 2013, do IBAMA, que institui o Comitê Permanente Interinstitucional de Manejo e Monitoramento das Populações de Javalis no Território Nacional e a Normativa Interna nº 3 de 18 de setembro de 2014, do DSA/MAPA, que aprova o sistema de vigilância em suídeos asselvajados na área livre de peste suína clássica do Brasil. Salientou que o MAPA realiza a vigilância sanitária dos suídeos selvagens. Citou, ainda, a criação da Portaria Interministerial nº 231/017, do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que institui o Grupo de Assessoramento Técnico para acompanhar a implementação e realizar monitoria e avaliação do Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (Sus scrofa) no Brasil e a Portaria Interministerial nº 232/2017, do MMA e MAPA, que institui o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali no Brasil. Esse Plano envolve todos os órgãos ambientais, setor privado e órgãos que possuem vínculo com o tema. Informou que hoje a única opção de controle é a caça, no entanto o estado de São Paulo estabeleceu a retirada dessa liberação, editando uma lei estadual, observando que uma legislação estadual não poderá ir de encontro a uma lei federal, diz a palestrante. O Plano Nacional tem por objetivo a elaboração de legislação federal para Plano de Contingência para PSC e outras doenças de suínos, transporte e destinação de carcaças de javali; a formação de multiplicadores e colaboradores no controle populacional e coleta para monitoramento sanitário; a articulação entre segmentos envolvidos no programa; a elaboração de ações em educação em saúde animal; a identificação de áreas prioritárias para ações do plano javali (Manejo populacional e monitoramento sanitário); a avaliação do perfil sorológico dos javalis abatidos e a promoção de eventos concentrados de manejo de javali com participação dos SVOs. As premissas e restrições para o Plano são a disponibilidade de laboratórios; o atendimento à Legislação vigente; a aproximação dos SVOs com os caçadores; as articulações e compromissos interinstitucionais bem



estabelecidos entre os segmentos envolvidos; o interesse dos colaboradores em atuar no plano e os recursos financeiros e humanos. Os benefícios do Plano são: o conhecimento epidemiológico da espécie (cadeia produtiva) envolvida; a ampliação e incremento de ações de vigilância em asselvajados; ter subsídios técnicos para traçar estratégias de ações futuras; maior credibilidade do Brasil em questão de transparência para OIE e parceiros comerciais; monitoramento sanitário com abordagem em saúde única; gestão dos impactos negativos decorrentes da invasão do javali e a ampliação do arcabouço legal. Finalizando a sua apresentação, a Senhora Lia disse que a identificação preliminar dos riscos será primordial para o bom desempenho do Plano. São estes: falta de sensibilização das autoridades para implementação do projeto; não recebimento do relatório para o diagnóstico de situação; falta de recursos financeiros para execução do projeto; identificação de alta prevalência da PSC por ocasião do estudo epidemiológico; atraso na publicação das Normativas e a falta de pessoal para execução do projeto.

16:25h - Apresentação do Projeto de Erradicação da PSC no Brasil - DSA/SDA/MAPA: chamamos atenção para a manifestação do Diretor do Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA, o Senhor Guilherme Marques, sobre este tema, registrada no assunto anterior, Plano Javali (pautado as 16 horas). Sobre o Projeto de Erradicação da PSC, a palestrante, Senhora Lia Coswig, apresentou o tema, observando que no início do ano foi realizada reunião de planejamento da Secretaria de Defesa, ocasião que foi contemplado o projeto de erradicação da Peste Suína Clássica para as regiões norte e nordeste, e o projeto de implementação do Plano Javali. Enfatizou que, como a suinocultura ainda não possui comercialização expressiva nessas duas regiões, não há relatos estáveis e constantes de suspeitas da doença nessas regiões. Informou que essas duas regiões estão em processo de erradicação da PSC, havendo a necessidade de controle, informações expressivas e participação do setor privado existentes nas mesmas. Já os demais estados brasileiros constam em zonas livres de PSC, com reconhecimento internacional, possibilitando o avanço do status sanitário do país com geração de emprego e renda, diminuindo as desigualdades regionais, com o reconhecimento nacional até 2023 e pela a OIS até 2024. No entanto, não há barreira que impeça a locomoção entre as zonas livres e as não livres e por esse motivo a existência da necessidade de erradicar a PSC em todo o Brasil. Salientou que será realizada a atualização cadastral e caracterização do sistema produtivo; a vigilância sanitária; o controle de trânsito; a elaboração de normativas; a articulação institucional; a supervisão e auditoria e o estudo epidemiológico, com objetivo de realizar a erradicação da doença nas duas regiões, não livres, conjuntamente. Citou que há algumas restrições impeditivas do Projeto, tais como: disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros, interesse do estado no avanço proposto, condição dos estados com relação ao Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos e capacitação técnica. Esses impedimentos são por não haver capacidade suficiente de veterinários do serviço oficial para execução das atividades, e também não há interesse dos estados relacionados ao envolvimento nas ações do Projeto de Erradicação da PSC, pois não são produtores em escala, de suínos. Citou que é necessária a motivação dos estados da zona não livre para a participação e solicitou auxílio de todos os presentes nessa ação e deixou claro que o avanço deverá ser realizado em bloco, região norte e nordeste. Em relação as metas do Projeto, a palestrante citou que a entrega do estudo epidemiológico será um marco para nortear as ações que serão implementadas pelo Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA/MAPA. Finalizando, apresentou os benefícios relacionados às zonas livres, sendo estes: estímulo para desenvolvimento da suinocultura nos estados da zona não livre, diminuição de risco da reintrodução da PSC na atual zona livre de PSC, incremento para a vigilância de enfermidades dos animais, geração de emprego e renda e harmonização dos procedimentos de trânsito no país e concluiu, ressaltando que o objetivo futuro é estabelecer o reconhecimento do Brasil como país livre de peste suína clássica, pela OIE.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

16:55h - Assuntos Gerais: não houve.

17:00h – Encerramento: sem mais assuntos a serem tratados, o Presidente desta reunião agradeceu a participação de todos, encerrando-a, e eu, Daniela F. Santana Amaral, lavrei a presente memória de reunião, com ajustes do Secretário. As apresentações realizadas nesta reunião, após autorização dos responsáveis, ficarão disponíveis no site do MAPA através do endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Preposições

Item	Item da reunião

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista

Dados da próxima reunião

Local:	
Data da reunião:	Hora de início:

Pauta da Reunião

Anexos

Arquivo	Descrição